

Vocabulário de Assuntos

Assunto	Conceituação	Código
Abandono de cargo	Ausência ininterrupta do servidor por mais de trinta dias sem qualquer justificativa. Após a constatação do início o servidor que não responder a convocação da chefia imediata terá aberto o processo disciplinar para apuração.	025.11
Abono de permanência	Benefício em pecúnia equivalente ao valor descontado ao Plano de Seguridade Social - PSS, concedido ao servidor que, tendo preenchido todos os requisitos para aposentadoria, manifeste opção de permanecer em atividade.	024.112
Abono pecuniário	Consiste na conversão em espécie do número de dias correspondente a 1/3 (um terço) da duração das férias, que deverá ser solicitado no momento próprio da programação das mesmas, quando do preenchimento da escala.	024.137
Ação ordinária	Assim se denominava a ação quando é rituado pelo processo ordinário, isto é, o procedimento comum a todas as ações que não tiverem, em virtude de princípio legal, rito próprio ou especial.	091
Ação popular	É um instituto jurídico de natureza constitucional, por meio do qual se objetiva atacar não só ato comissivo mas também a omissão administrativa, quando conjugados dois requisitos - ilegalidade e lesividade.	091
Acordo	Ajuste ou pacto realizado por duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas em torno de um interesse comum ou para resolver uma pendência, demanda ou conflito.	004
Acumulação lícita de cargos, empregos e funções públicas	É a situação do servidor que ocupa, conforme a Constituição Federal, mais de um cargo, emprego ou função pública.	020.5
Adicional de desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica	O adicional será concedido aos servidores ocupantes dos cargos efetivos de nível superior ou médio com atribuições específicas ou comprovadas de pesquisas científicas e tecnológicas ou de apoio direto a pesquisa.	024.139
Adicional de insalubridade	É o adicional a que tem direito os servidores que trabalham habitualmente em locais comprovadamente insalubres, atestados pela Comissão Permanente de Insalubridade e Periculosidade, através de laudo pericial técnico.	024.134
Adicional de irradiação ionizante	É o adicional a que faz jus todos os servidores que são expostos habitualmente a radiações ionizantes pelos servidores ou designados para tais atividades que operem Raios X ou substâncias radioativas.	024.139
Adicional de periculosidade	É o adicional a que faz jus o servidor que trabalha em locais comprovadamente perigosos e exercem atividades consideradas perigosas.	024.133
Adicional de raio X ou substância radioativa	Adicional a que o servidor faz jus caso opere habitual, obrigatória e diretamente com Raio X ou substâncias radioativas, perfazendo carga horária mínima de 12 (doze) horas semanais, de acordo com as atribuições inerentes ao cargo ou função, e por designação.	024.139
Adicional noturno	Adicional devido pela prestação de serviços em horário compreendido entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte, tendo o valor-hora acrescido de 25%.	024.132

Assunto	Conceituação	Código
Adicional por serviços extraordinários	É o adicional a que os servidores têm direito por prestarem serviços extraordinários, isto é, além da jornada de trabalho estabelecida para cada categoria e cujo percentual será de 50% sobre o valor da hora convencional.	024.136
Adicional por tempo de serviço	Benefício pago sobre o vencimento básico, correspondente a 1% do seu valor por ano de efetivo exercício no serviço público federal, para os servidores estatutários.	024.131
Admissão em caráter de excepcionalidade	Contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.	029.5
Afastamento	Poderão ser dispensados de ponto os servidores públicos civis federais que exerçam mandato eletivo em confederação, federação de servidores públicos ou em associações de classe de âmbito nacional sem prejuízo do vencimento e vantagens permanentes.	024.4
Afastamento do país para servidor docente com ônus	Afastamento do servidor de suas atividades para estudo ou missão oficial no exterior, mantida a remuneração acrescida de bolsa ou auxílio de outra instituição.	029.222
Afastamento do país para servidor docente com ônus limitado	Afastamento do servidor de suas atividades para estudo ou missão oficial no exterior, mantida apenas a remuneração ou o auxílio ou bolsa.	029.222
Afastamento do país para servidor docente sem ônus	Afastamento de suas atividades para participação em eventos, atividades de pesquisa e extensão, com perda total da remuneração.	029.221
Afastamento do país para servidor técnico-administrativo com ônus	Afastamento do servidor de suas atividades para estudo ou missão oficial no exterior. Poderá ser com ônus ou com ônus limitado.	029.222
Afastamento do país para servidor técnico-administrativo sem ônus	Afastamento do servidor de suas atividades para estudo ou missão oficial no exterior. Poderá ser sem ônus para a Instituição.	029.221
Afastamento no país de servidor técnico-administrativo	Afastamento do servidor técnico-administrativo de suas atividades para estudo ou aperfeiçoamento no país.	024.3
Afastamento no país para servidor docente com ônus	Afastamento de suas atividades para participação em eventos, bem como para pós-graduação, pós-doutorado e atividades de pesquisa e extensão, mantida a remuneração acrescida de bolsa ou auxílio de outra instituição.	029.21
Afastamento no país para servidor docente com ônus limitado	Afastamento de suas atividades para participação em eventos, bem como para pós-graduação, pós-doutorado e atividades de pesquisa e extensão, mantida apenas a remuneração, ou o auxílio ou a bolsa.	029.21
Afastamento para exercício de mandato eletivo	Afastamento permitido ao servidor quando investido em mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital.	024.4
Afastamento para prestar serviços à Justiça Eleitoral	Afastamento para prestar serviço à Justiça Eleitoral, decorrente do Juiz Eleitoral ou do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral.	024.4
Ajustes Contratuais	Acordo firmado por entidades públicas entre si ou entre entidades privadas, ou por estas entre si para a realização de algum objetivo de interesse comum.	004
Alienação - Cessão	Cessão de bens.	041.22
Alienação - Doação	Doação de bens.	041.23
Alienação - Permuta	Permuta de bens.	041.24

Assunto	Conceituação	Código
Alienação - Venda	Venda de bens.	041.21
Alteração curricular (graduação)	Toda alteração dos elementos básicos (denominação, ementa, carga horária, nº de créditos) e complementares (pré/co-requisitos, situação da disciplina em relação ao currículo - obrigatória, optativa, eletiva, objetivos, conteúdos programáticos).	122.2
Alteração curricular (Pós-Graduação Lato Sensu)	Toda alteração dos elementos básicos (denominação, ementa, carga horária, nº de créditos) e complementares (pré/co-requisitos, situação da disciplina em relação ao currículo - obrigatória, optativa, eletiva, objetivos, conteúdos programáticos).	142.2
Alteração curricular (Pós-Graduação Stricto Sensu)	Toda alteração dos elementos básicos (denominação, ementa, carga horária, nº de créditos) e complementares (pré/co-requisitos, situação da disciplina em relação ao currículo - obrigatória, optativa, eletiva, objetivos, conteúdos programáticos).	132.2
Alteração de horário de trabalho	Trata da alteração do horário, permanecendo o mesmo regime e carga horária da jornada de trabalho.	029.1
Alteração de jornada de trabalho	Trata da carga horária da jornada de trabalho que é prevista em Lei.	023.03
Alteração de regime de trabalho	É a alteração do regime semanal do servidor docente.	023.03
Alteração em Resolução	Modificação ou adaptação de um artigo deliberado em reunião dos Conselhos de Pesquisa ou Universitário.	010
Alteração no assentamento funcional	Alterações de dados cadastrais dos servidores da UNIRIO no sistema de RH e no SIAPE.	020.5
Anistia	Perdão concedido a ex-servidores que haviam sido desvinculados do serviço público federal por motivação política através de atos de exceção, e que com o fundamento na Constituição Federal são reintegrados nos cargos anteriormente ocupados.	023.11
Aposentadoria compulsória	Passagem obrigatória do servidor da atividade para a inatividade por ter completado 70 anos de idade independente do sexo.	026.13
Aposentadoria por invalidez	Passagem do servidor da atividade para a inatividade remunerada com proventos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição/serviço, por estar incapacitado para o serviço público.	026.13
Aposentadoria por tempo de contribuição	É a passagem para a inatividade remunerada após preenchimento de todos os requisitos legais que garantam aquele direito.	026.13
Aposentadoria voluntária	Passagem do servidor da atividade para a inatividade remunerada com proventos integrais ou proporcionais por ter completado o tempo de serviço ou idade exigidos até 16 de dezembro de 1998.	026.13
Arrolamento e baixa de bens patrimoniais	Processo de arrolamento de bens excedentes, inservíveis ou em desuso.	035.1
Assentamentos individuais e cadastro	Ao entrar em exercício o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.	020.5
Atividades complementares na graduação	São aquelas que agregam conhecimentos e experiências para formação do aluno, estimulando-o à prática de estudos independentes, à interdisciplinaridade e ao reconhecimento da importância da permanente atualização profissional.	122.32
Auditoria interna	A auditoria interna constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade.	050.1

Assunto	Conceituação	Código
Auxílio alimentação	É o auxílio por dia trabalhado, pago em pecúnia ao servidor público ativo para o custeio de suas despesas com alimentação por dia trabalhado, desde que não haja deslocamento da sede.	024.92
Auxílio funeral	Benefício devido à família ou a terceiro que tenha efetuado o pagamento do funeral de servidor falecido, ativo ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.	026.12
Auxílio moradia	Indenização destinada a compensar as despesas de instalação do servidor e sua família que, no interesse do serviço, passa a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.	024.92
Auxílio natalidade	Benefício concedido a servidor por motivo de nascimento de filho em quantidade equivalente ao salário mínimo inclusive no caso de natimorto.	026.12
Auxílio pré-escolar	Benefício concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos ou dependentes.	024.92
Auxílio reclusão	Benefício concedido a família do servidor ativo por motivo de prisão do mesmo.	026.12
Auxílio transporte	É o benefício de natureza indenizatória, concedido em pecúnia pela União, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos realizados pelo servidor de sua residência para o local de trabalho e vice-versa. É devido também, mediante opção, nos deslocamentos "trabalho-trabalho" nos casos de acumulação de cargos públicos.	024.92
Calendário Universitário	Determinação de datas e prazos para os procedimentos acadêmicos a serem cumpridos pelos docentes e discentes.	123.1
Certidão ou declaração de tempo de serviço	É o documento indispensável para averbação de tempo de serviço junto a outros órgãos públicos, bem como a Previdência Social no caso de futura aposentadoria.	026.131
Certificado para cursos e atividades de extensão	Documento formal emitido pela Instituição de Educação Superior, assegurando que o aluno completou, com sucesso, um determinado programa e estudos superiores como cursos de extensão, superior ou de especialização.	345
Cessão	É o afastamento do servidor para servir a outro órgão ou entidade dos poderes da União, Estados ou do Distrito Federal e dos Municípios.	023.15
Comissão de matrícula de graduação	A comissão deverá ser constituída por três docentes indicados e homologados pelo Colegiado do Curso. As competências desta comissão são a orientação acadêmica do aluno no ato da sua inscrição, avaliação e a concessão de aproveitamento de estudos, o apoio aos alunos com rendimento escolar deficiente e emissão de parecer fundamentando a indicação de jubramento.	011
Concurso de habilitação a livre docência	Concurso, aberto por uma IES (Instituição de Ensino Superior), para a concessão de título acadêmico de livre docente a professor do ensino superior. Atualmente só podem candidatar-se os professores já portadores do título de doutor.	021.2
Concurso público (exames de seleção)	Procedimento para seleção de candidatos a cargo, emprego ou função pública, condicionante da investidura, realizado mediante avaliação de provas ou provas e títulos.	021.2
Consignação	É o desconto efetuado na folha de pagamento do servidor por imposição legal ou mandado judicial (consignação obrigatória) ou por sua expressa autorização (consignação facultativa).	024.145
Contagem e averbação de tempo de serviço	Registro na pasta funcional do servidor do tempo de contribuição decorrente de vínculo de trabalho prestado em outras instituições públicas ou privadas.	026.131

Assunto	Conceituação	Código
Contratação de professor substituto, visitante e visitante estrangeiro	Contratação de professores por tempo determinado para exercer atividades acadêmicas de ensino fundamental, secundário e de graduação que visem a aprendizagem, a produção do conhecimento, a ampliação e a transmissão do saber e da cultura. Professor visitante: convidado pela IES para desenvolver atividades por um período de tempo determinado. Professor substituto: contratado para substituir outro professor ou para cumprir uma tarefa com prazo determinado.	023.11
Contribuição para o plano de Seguridade Social	Recolhimento da Previdência.	024.154
Controle de frequência	Ausência de servidor ao serviço integral ou parcial, com o conhecimento e autorização da chefia imediata.	029.11
Curso de capacitação promovido pela Instituição	Curso que objetiva principalmente reciclar e ampliar conhecimentos, habilidades ou técnicas em uma área do conhecimento.	022.11
Curso de férias	Se distingue dos demais cursos que poderão ser oferecidos pela Universidade por ser oferecido durante o período de férias, de acordo com o calendário universitário de cada ano letivo. Podem ser utilizadas as expressões Curso de Verão ou Curso de Inverno.	121.2
Curso de Graduação	Programa de formação de estudantes, ministrado por instituição de educação superior credenciada, que oferece um diploma aos concluintes.	121.2
Curso de Licenciatura	A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em Universidades, Centros Universitários e demais instituições superiores de educação.	121.2
Desaverbação de tempo de serviço/contribuição	É a possibilidade, mediante solicitação do interessado, de se subtrair do tempo de serviço, já averbado, um certo período ou sua totalidade, para fins de averbação em outro órgão, desde que não tenha surtido efeitos jurídicos ou financeiros na instituição onde a averbação primeiro se efetivou. Este período não é integrante do cargo que esteja em exercício na instituição. São períodos trabalhados em outra instituição pública e privada.	026.131
Designação de junta médica oficial	Inspeção realizada por médico do setor de assistência do órgão de pessoal.	011
Designação e/ou exoneração para função gratificada ou cargo de direção	Cargo de confiança e de livre exoneração.	023.14
Designação para função gratificada	Ato de investidura do servidor no exercício de função gratificada integrante do quadro da instituição com remuneração prevista em Lei.	024.121
Diárias (no exterior)	O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto para o exterior fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.	029.222
Diárias (no país)	O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto em território nacional fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana.	029.21
Diploma de Graduação (Registro)	Documentação legal que confere um grau acadêmico ao aluno que completou com sucesso um determinado programa de estudos: curso de graduação, curso superior de formação específica ou programa de pós-graduação.	125.422
Diploma de Pós-Graduação Lato Sensu (Registro)	Documentação legal que confere um grau acadêmico ao aluno que completou com sucesso um determinado programa de estudos: curso de graduação, curso superior de formação específica ou programa de pós-graduação.	144.422

Assunto	Conceituação	Código
Diploma de Pós-Graduação Stricto Sensu (Registro)	Documentação legal que confere um grau acadêmico ao aluno que completou com sucesso um determinado programa de estudos: curso de graduação, curso superior de formação específica ou programa de pós-graduação.	134.422
Diretrizes curriculares (Graduação)	Entende-se por Diretrizes Curriculares as orientações para a elaboração dos currículos, constituindo-se num conjunto articulado de conteúdos, habilidades e competências formativas (e não somente profissionais) dos diferentes cursos.	122.1
Diretrizes curriculares (Lato Sensu)	Entende-se por Diretrizes Curriculares as orientações para a elaboração dos currículos, constituindo-se num conjunto articulado de conteúdos, habilidades e competências formativas (e não somente profissionais) dos diferentes cursos.	141.1
Diretrizes curriculares (Stricto Sensu)	Entende-se por Diretrizes Curriculares as orientações para a elaboração dos currículos, constituindo-se num conjunto articulado de conteúdos, habilidades e competências formativas (e não somente profissionais) dos diferentes cursos.	131.1
Disciplina Isolada de Cursos de Graduação	Entende-se como inscrição em disciplina isolada nos cursos de graduação, o direito a cursar disciplina, recebendo, ao final, declaração com registro de nota/conceito e frequência. Pode ser solicitada a título excepcional, por alunos regularmente matriculados na UNIRIO ou em outras IFES.	125.22
Dispensa de função comissionada e gratificada	Forma de vacância do cargo de direção efetuada através de ato formal, podendo ocorrer a juízo da autoridade competente ou a pedido do ocupante.	023.12
Dissídio	Controvérsia entre pessoas jurídicas, categorias profissionais (empregados) e econômicas (empregadores).	020.4
Estágio curricular em regime de internato	Estágio curricular efetuado sob a forma de internato, parte integrante e obrigatória do curso de graduação, será realizado nos três últimos períodos do curso médico e tem por objetivo dar ao estudante treinamento prático intensivo, livre de cargas disciplinares acadêmicas, de modo a capacitá-lo a assumir progressivamente a responsabilidade pelo tratamento de pacientes, sob supervisão docente contínua.	022.21
Estágio curricular não obrigatório	Considera-se estágio curricular não obrigatório, as atividades práticas previstas na matriz curricular dos cursos de graduação desenvolvidas pelos alunos junto às unidades concedentes.	125.62
Estágio de especialização (Não obrigatório)	É uma modalidade de estágio que visa o aprimoramento do profissional já formado estagiar em uma área de estudo específica sem remuneração e com prazo de máximo de execução de seis meses.	125.62
Estágio de especialização (Obrigatório)	É uma modalidade de estágio que visa o aprimoramento do profissional já formado estagiar em uma área de estudo específica sem remuneração e com prazo de máximo de execução de seis meses.	022.21
Estágio probatório	Processo de avaliação do desempenho do servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo em relação à sua aptidão e capacidade para o cargo ocupado a partir da identificação de aspectos positivos, das dificuldades encontradas e alternativas de solução.	023.03
Estágios Extracurriculares	Reger-se-á pelas condições básicas estabelecidas no acordo de cooperação celebrado entre a unidade concedente e a instituição de ensino da qual o estagiário é aluno consubstanciando a interveniência da referida instituição de ensino, explicitando o estágio como uma estratégia de profissionalização que complementa o processo ensino/aprendizagem e estabelecendo as condições de realização do estágio.	125.62
Exoneração	Forma de vacância de cargo público efetivo, formalizada mediante publicação de portaria no Diário Oficial da União, a pedido ou de ofício, sem caracterização de natureza disciplinar.	023.12

Assunto	Conceituação	Código
Falecimento de pensionista	É o ato de comunicação de óbito de pensionista, visando excluí-lo da folha de pagamento, e revertendo a sua cota para os demais beneficiários, caso haja vários dependentes para pensão instituída por um servidor.	026.132
Falta não justificada	O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar, sem motivo justificado.	029.11
Férias	Período anual de descanso remunerado, com duração prevista em Lei.	024.2
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.	024.152
Gratificação de estímulo à docência - GED	É a gratificação atribuída ao docente mediante pontuação até o máximo de 140 pontos em função da avaliação de desempenho observando-se alguns critérios.	024.129
Gratificação Natalina	É a gratificação a que o servidor faz jus na proporção de 1/12 avos por mês ou fração acima de 15 dias de exercício durante o respectivo ano civil e correspondente ao valor de remuneração.	024.124
Histórico Escolar (Graduação)	Documento que registra o desempenho de um indivíduo durante um curso realizado, considerando as disciplinas cursadas e respectivas cargas horárias e ou créditos, as notas ou menções conseguidas, o número de faltas e os resultados parciais e final das avaliações e estágios realizados.	125.41
Histórico Escolar (Pós-Graduação Lato Sensu)	Documento que registra o desempenho de um indivíduo durante um curso realizado, considerando as disciplinas cursadas e respectivas cargas horárias e ou créditos, as notas ou menções conseguidas, o número de faltas e os resultados parciais e final das avaliações e estágios realizados.	144.41
Histórico Escolar (Pós-Graduação Stricto Sensu)	Documento que registra o desempenho de um indivíduo durante um curso realizado, considerando as disciplinas cursadas e respectivas cargas horárias e ou créditos, as notas ou menções conseguidas, o número de faltas e os resultados parciais e final das avaliações e estágios realizados.	134.41
Horário especial para servidor estudante	Horário especial destinado a servidores técnicos administrativos que estejam regularmente matriculados em curso de educação formal em instituição de ensino reconhecida pelo MEC desde que comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o do órgão.	024.91
Horário especial para servidor portador de deficiência	Independentemente de compensação, ao servidor portador de deficiência será concedido horário especial, desde que comprovada a necessidade por junta médica oficial.	024.91
Imposto de Renda	Recolhimento de Imposto de Renda.	024.156
Incentivo salarial	Entre o nível final de uma classe e o inicial da classe seguinte haverá acréscimo de 10%, e 25% para os portadores do título de doutor ou livre docente, mestre 15%, 25% para professor titular, 10% para especialização e 5% para aperfeiçoamento.	023.03
Inquérito administrativo	O inquérito administrativo obedecerá ao princípio contraditório assegurada ao acusado ampla defesa com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.	025.11
Integralização curricular	Obtenção de um número total de créditos e carga horária nas disciplinas fixadas nos currículos plenos dos cursos de graduação.	125.41
Isenção de disciplina	É o reconhecimento do valor informativo, equivalente ao de disciplinas do currículo de uma IES, de disciplina(s) obrigatória(s) ou eletiva(s) cursada(s), com aproveitamento em outras IES, em cursos de duração plena.	125.23
Isenção de imposto de renda	O servidor que se enquadrar no Art. 186, Inciso I, parágrafo 1º, que versa sobre as doenças especificadas em Lei, e que seja aposentado, pode beneficiar-se de isenção do imposto de renda.	024.156

Assunto	Conceituação	Código
Jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional	Faculdade conferida ao servidor da administração direta, autárquica ou fundacional, ocupante exclusivamente de cargo de provimento efetivo, de requerer a redução da jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias e 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, respectivamente, com remuneração proporcional, calculada sobre a totalidade da remuneração.	023.03
Jubilção (graduação)	É a situação em que ocorre o afastamento do aluno do estabelecimento universitário, resultando em cancelamento de sua matrícula.	125.252
Licença à adotante	Licença remunerada concedida à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança.	024.3
Licença gestante	Será concedida licença à servidora gestante por 120 dias consecutivos sem prejuízo da remuneração.	024.3
Licença gestante para alunas	Pelo período de 90 dias é facultado à alunas gestantes a ausência justificada às aulas, permanece a obrigatoriedade de realização de provas, apresentação de trabalhos em datas especiais, bem como a realização de matrícula semestral.	125.51
Licença incentivada sem remuneração	Benefício concedido ao servidor ocupante de cargo efetivo, que não esteja em estágio probatório, com pagamento em pecúnia, de natureza indenizatória (correspondente a seis vezes a remuneração a que faz jus o servidor na data da concessão), a pedido ou no interesse da Administração.	024.3
Licença para atividade política	Licença concedida ao servidor que busca concorrer a cargo eletivo.	024.3
Licença para capacitação	Licença concedida ao servidor após cada quinquênio de efetivo exercício, a fim de que o mesmo possa afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de programas de desenvolvimento profissional, desde que os objetivos se coadunem as necessidades institucionais.	024.3
Licença para desempenho de mandato classista	É o direito assegurado ao servidor para desempenhar sem ônus para a Universidade mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato de categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.	024.3
Licença para serviço militar	Licença concedida ao servidor em decorrência de convocação para o serviço militar.	024.3
Licença para tratamento de acidente em serviço	Configura-se acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com suas atividades. Configura-se incidente em serviço o acontecimento ocorrido durante a realização em serviço, dentro do local habitual ou em outro, dentro ou fora da instituição, desde que no cumprimento de suas atribuições. O incidente em serviço não produz danos físicos ou mentais, mas indica a potencial possibilidade de geração destes danos.	024.3
Licença para tratamento de saúde	Licença concedida ao servidor para tratamento de sua saúde a pedido ou de ofício mediante perícia médica sem prejuízo da remuneração.	024.3
Licença para tratamento de saúde em pessoa da família	Licença concedida ao servidor por motivo de doença de cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padastro ou madastra, enteado ou dependente que viva às suas expensas mediante avaliação pela junta médica.	024.3
Licença para tratar de interesses particulares	Licença não remunerada concedida ao servidor que não esteja em período de estágio probatório observado o interesse da Administração.	024.3
Licença paternidade	Licença de 5 (cinco) dias consecutivos concedida ao servidor por nascimento ou adoção de filho(s).	024.3
Licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro	Concedida ao servidor cujo cônjuge tenha sido deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos poderes Executivo e Legislativo.	024.3

Assunto	Conceituação	Código
Licença prêmio	Afastamento remunerado concedido ao servidor correspondente ao período de três meses por cada quinquênio de exercício efetivo e ininterrupto.	024.3
Licitação de obras	Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração observando os princípios mencionados na legislação.	041.41
Mandado de Segurança	Garantia fundamental destinada a proteção de direito líquido e certo não amparado por habeas corpus, contra ilegalidade ou abuso de poder, cometidas por autoridade pública ou agente de poder público.	091
Matrícula (graduação)	Inscrição em registros oficiais ou particulares com o fim de legalizar ou autorizar o gozo de certos direitos. Vínculo formal do aluno com o seu curso ou registro formal numa disciplina ou atividades desse curso.	125.21
Matrícula (Pós-Graduação Lato Sensu)	Inscrição em registros oficiais ou particulares com o fim de legalizar ou autorizar o gozo de certos direitos. Vínculo formal do aluno com o seu curso ou registro formal numa disciplina ou atividades desse curso.	144.21
Matrícula (Pós-Graduação Stricto Sensu)	Inscrição em registros oficiais ou particulares com o fim de legalizar ou autorizar o gozo de certos direitos. Vínculo formal do aluno com o seu curso ou registro formal numa disciplina ou atividades desse curso.	134.21
Medida Cautelar	Providência de caráter urgente tomada pelo juiz mediante postulação do interessado antes ou no curso de um processo objetivando assegurar a eficácia ou o resultado da decisão do mérito nele proferida.	091
Mobilidade Acadêmica	Programa destinado a alunos regularmente matriculados em cursos de graduação de IFES brasileiras, que tenham integralizado todas as disciplinas previstas para o primeiro ano ou para o 1º e 2º períodos do curso, na Instituição de origem e possuam, no máximo, uma reprovação por semestre letivo cursado.	125.71
Monitoria	É um programa acadêmico oferecido aos alunos dos cursos de graduação que, sob a orientação de um professor, queiram capacitar-se, antes de tudo, para exercício futuro do magistério.	125.61
Nomeação para cargo efetivo	Forma de provimento de cargo público efetivo pertencente ao quadro permanente da instituição através de ato formal.	023.11
Norma de reconhecimento, revalidação e registro de diplomas de graduação e pós-graduação	Os diplomas e certificados expedidos por estabelecimentos de ensino superior estrangeiros poderão ser revalidados para efeito de serem declarados equivalentes aos conferidos pela UNIRIO.	110
Norma para ajustamento da hierarquização do pessoal técnico e administrativo	Correção de problemas resultantes da aplicação da hierarquização determinada pelo MEC quando da implantação do PCS agravados com a correção dos desvios funcionais.	020.1
Norma para concessão de títulos honoríficos	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	020.1
Norma para concurso habilitação livre docência	O instituto jurídico da livre docência é um título honorífico já que sua obtenção não importa na ocupação de cargo nem no recebimento de qualquer vantagem financeira.	110
Norma para concurso interno da UNIRIO	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	020.1
Norma para concurso público de títulos e provas adjunto	São normas para o provimento de emprego de professor na classe adjunto da UNIRIO, realizado mediante concurso público de títulos e provas.	020.1

Assunto	Conceituação	Código
Norma para concurso público de títulos e provas assistente	São normas para o provimento de emprego de professor na classe assistente, realizado mediante concurso público de títulos e provas.	020.1
Norma para concurso público de títulos e provas auxiliar	São normas para o provimento de emprego de professor na classe auxiliar da UNIRIO, realizado mediante concurso público de títulos e provas.	020.1
Norma para concurso público de títulos e provas titular	São normas para o provimento de emprego de professor na classe titular da UNIRIO, realizado mediante concurso público de títulos e provas.	020.1
Norma para concurso público de títulos visitante	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	020.1
Norma para elaboração de edital	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	030
Norma para Eleição de representante na CPPTA	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	010
Norma para ingresso em curso de licenciatura	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho, tendo em vista a formação de docentes para atuar na educação básica através de curso de licenciatura, de graduação plena, em instituições superiores de educação.	110
Norma para prática de montagem para bacharelado em Artes Cênicas nas quatro habilitações	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	110
Norma para processo seletivo de títulos para substituto	É aquele contratado pela IES por um determinado período de tempo (contratos de trabalho temporário), para substituir outro professor ou para cumprir uma tarefa com prazo de término já previsto.	020.1
Norma para progressão por titulação de pessoal técnico-administrativo	São princípios, preceitos ou regras que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de um trabalho.	020.1
Norma patrimonial	Regulamenta a movimentação de carga, bem como a alienação e baixa de bens permanentes no âmbito da universidade.	040
Notificação	Ordem judicial para que alguém faça ou não faça alguma coisa; intimação; documento que contém essa ordem.	091
Ocorrência	Acontecimento ou fato que gerou um processo de investigação.	091
Opção de regime de trabalho	É a opção pelo regime semanal do servidor docente.	023.03
Outras Gratificações	Outros tipos de gratificações devidas ao servidor pelos serviços prestados não previstos nos anteriores (Gratificação: por função, por cargos em comissão, natalina, e Jetons).	024.129
Pagamento de gratificação de Cargo em Comissão	Ao Servidor ocupante de cargos efetivo investida na função de Direção, Chefia ou Assessoramento, cargo de provimento em comissão (livre nomeação e exoneração) ou de natureza especial é devida retribuição pelo seu exercício.	024.123
Pagamento de gratificação de função	Ao Servidor ocupante de cargos efetivo investida na função de Direção, Chefia ou Assessoramento, cargo de provimento em comissão (livre nomeação e exoneração) ou de natureza especial é devida retribuição pelo seu exercício.	024.121

Assunto	Conceituação	Código
Pagamento de gratificação Natalina	É a gratificação a que o servidor faz jus na proporção de 1/12 avos por mês ou fração acima de 15 dias de exercício durante o respectivo ano civil e correspondente ao valor de remuneração.	024.124
Pagamento de plantonista	Pagamento de numerário efetuado ao servidor ou bolsista por serviços prestados em regime de plantão.	024.11
Pagamento de professor substituto, visitante e visitante estrangeiro	Remuneração pelos serviços prestados por professor substituto, na falta de docente de carreira, decorre de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória, bem como nos casos de contratação de professor visitante, por meio de dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Ministério de Estado do Planejamento.	024.1
Pagamento de taxas de luz	Refere-se ao pagamento de taxas referentes ao fornecimento de energia e iluminação pública.	041.013
Pagamento médico residente	A residência médica constitui modalidade do ensino de Pós-Graduação destinada a médicos sob a forma de Curso de Especialização, caracterizada por treinamento em serviço em regime de DE, funcionando em Instituições de saúde universitárias ou não sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional, com bolsa paga pela Instituição responsável pelo programa de residência médica.	024.1
Pena disciplinar	Podem ser: advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade, destituição de cargo em comissão e de função comissionada	025.12
Penalidades disciplinares	Incluem-se documentos referentes à advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada. O registro das penalidades disciplinares deverá ser feito na pasta de assentamento individual do servidor.	025.12
Pensão alimentícia	Importância descontada, mensalmente, do servidor em decorrência de decisão judicial e depositada na conta dos beneficiários.	024.144
Pensão por falecimento de servidor	É o benefício concedido aos dependentes do servidor falecido, correspondente ao valor da remuneração ou provento, a partir da data do óbito observado o teto constitucional.	026.132
Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos	As Universidades e demais Instituições Federais de Ensino Superior, estruturadas sob a forma de Autarquia ou de Fundação Pública, terão um Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para o pessoal docente e para os servidores técnicos e administrativos, aprovado, em regulamento, pelo Poder Executivo, assegurada a observância do princípio da isonomia salarial e a uniformidade de critérios tanto para ingresso mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, quanto para a promoção e ascensão funcional, com valorização do desempenho e da titulação do servidor.	023.02
Portaria	É o ato administrativo pelo qual a autoridade estabelece regras, baixa instruções para aplicação de Leis ou trata da organização e do funcionamento de serviços dentro de sua esfera de competência.	011
Prestação de Serviço de Limpeza	Refere-se a contratação de pessoal que executem a limpeza da Instituição.	041.54
Prestação de serviço de manutenção pela UNIRIO	Refere-se a manutenção de mobiliário pelas oficinas da UNIRIO.	036.2
Prestação de serviço de promoção da Instituição	Aquisição de material desenvolvido para divulgação e promoção da Instituição.	061.2
Processo disciplinar	É o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.	025.11

Assunto	Conceituação	Código
Processo seletivo	O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do DOU, prescindindo de concurso público.	021.2
Progressão funcional por qualificação de técnico-administrativo	É o incentivo dado ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, e será concedido após 4 anos de efetivo exercício no cargo.	023.03
Progressão funcional horizontal docente	Será feita após o cumprimento, pelo docente, do interstício de 2 anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de 4 anos de atividade em órgão público.	023.03
Progressão funcional por capacitação de técnico-administrativo	É a mudança de nível de capacitação no mesmo cargo e nível de classificação decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, respeitado o interstício de 18 meses.	023.03
Progressão funcional por mérito profissional	É a alteração de um padrão para outro imediatamente superior a cada dois anos de efetivo exercício.	023.03
Progressão funcional por permanência no cargo de servidor técnico-administrativo	É a passagem, a cada quatro anos, de efetivo exercício no mesmo cargo, de um padrão para o imediatamente superior.	023.03
Progressão funcional vertical docente	Será feita sem interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docentes que não obtiverem a titulação necessária mas que estejam no mínimo há 2 anos no nível 4 da respectiva classe ou com interstício de 4 anos de atividade em órgão público.	023.03
Prorrogação do prazo máximo de integralização curricular	A prorrogação do prazo máximo de integralização curricular é concedida ao aluno no de curso do penúltimo período letivo, antes de o aluno completar o prazo máximo de integralização curricular.	125.41
Protocolo de Intenções	Protocolo de Intenções ou Termo de Cooperação: Acerto genérico que pode proceder o convênio definitivo ou instrumento específico, a vigência não está vinculada a qualquer elemento ou requisito. Sua determinação física a juízo da autoridade competente, com base em critérios de conveniência e oportunidade.	004
Prova de Monitoria	É um programa acadêmico oferecido aos alunos dos cursos de graduação que, sob a orientação de um professor, queiram capacitar-se, antes de tudo, para o exercício futuro do magistério.	125.611
Readaptação	Investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.	023.11
Readmissão	O instituto jurídico da readmissão é aquele que permite o retorno à empresa empregadora de um ex-empregado que de seus quadros tenha saído em geral por vontade própria. Este instituto foi abolido no âmbito dos funcionários públicos estatutários.	023.11
Recisão contratual	Término do contrato de trabalho, do regime CLT ou Estatuto (Lei 8.112/1990).	023.12
Reclamação trabalhista	Refere-se a ações resitando falta de obrigações trabalhistas por parte da contratante.	029.6
Recolhimento de contribuição sindical do empregador	Refere-se a contribuição de filiados em Sindicatos e Associações.	024.153
Recolhimento de PIS/PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Programa de Integração Social (PIS).	024.151
Recondução	Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.	023.11

Assunto	Conceituação	Código
Recurso a exame de seleção	Instrumento para pedir a mudança de uma decisão, na mesma instância ou em instância superior.	021.2
Redistribuição	É o deslocamento do servidor com o respectivo cargo para o quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo poder cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos (se dá por reorganização, extinção, criação de órgão ou entidade).	023.14
Reembolso por servidor cedido	Ocorrendo, na forma da legislação pertinente, a cessão ou requisição de servidores, a cessionária reembolsará à cedente importância equivalente ao valor da retribuição do servidor cedido, acrescida dos respectivos encargos.	024.59
Regimento do Comitê Científico	Conjunto de normas que regem o funcionamento do órgão assessor e normativo da Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.	010.2
Regimento interno da Biblioteca Central	Conjunto de normas que regem o funcionamento da unidade institucional.	010.2
Regulamento para estágio de graduação	Conjunto de regras ou normas sobre o estágio curricular que de acordo com o marco referencial do Projeto Pedagógico de Ensino de Graduação concorrem para a construção, com o aluno, de instrumental básico a partir da análise de necessidades e problemas existentes na sociedade brasileira, visando a proporcionar-lhe elementos de reflexão crítica que o qualifiquem enquanto profissional e cidadão.	110
Reingresso	Reingresso é o procedimento de matrícula inicial de portadores de diplomas de terceiro grau de Cursos devidamente reconhecidos pelo CNE ou revalidados por IES, mediante processo seletivo, dependente da existência de vagas.	125.12
Reintegração	A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.	023.11
Relotação	Mudança da lotação de servidor em razão de reestruturação, redistribuição ou de requerimento do interessado aprovado pela unidade de origem e a nova unidade onde terá exercício.	023.13
Remoção	Deslocamento de servidor a pedido ou de ofício no âmbito do mesmo quadro com ou sem mudança de sede.	023.13
Reposições e indenizações ao erário	As reposições e indenizações ao erário atualizadas até 30.06.1994 serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista para pagamento no prazo máximo de 30 dias.	025.12
Reversão	É o retorno à atividade de servidor aposentado.	023.11
Roubo de materiais e pertences particulares	Trata-se de roubo ou desaparecimento de materiais de consumo e permante da Instituição ou bens de particulares.	034.2
Sindicância	Conjunto de averiguações promovidas no intuito de obter informações, esclarecimentos necessários à determinação do verdadeiro significado de fato ou fatos denunciados, de forma que a autoridade competente possa adotar medidas cabíveis.	025.11
Substituição de chefia	Substituição do titular do CD ou da FG com o pagamento respectivo ou não durante os seus impedimentos e/ou afastamentos legais e regulamenta Resolução.	023.14

Assunto	Conceituação	Código
Suprimento de fundo	Regime de adiantamento aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, consiste na entrega de numerário ao servidor, sempre precedida de empenho, para a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação, sob inteira responsabilidade do ordenador de despesa.	052.22
Termo aditivo	Instrumento de acréscimo; na prática, documento que modifica um contrato ou convênio, ou outro tipo de ajuste, acrescentando ou modificando cláusulas.	004
Termo de Cooperação Técnica	Protocolo de Intenções ou Termo de Cooperação: acerto genérico que pode proceder o convênio definitivo ou instrumento específico, a vigência não está vinculada a qualquer elemento ou requisito. Sua determinação fica a juízo da autoridade competente, com base em critérios de conveniência e oportunidade.	004
Título de alta qualificação	Títulos de Alta Qualificação, com vistas à concurso de Professor Titular e Cursos de Mestrado e Doutorado, são concedidos pelo Conselho Federal competente.	029.31
Título de Benemérito	Concedido a professor do quadro permanente da IFES que tenha se destacado pela capacidade e dedicação ao magistério podendo a convite participar de atividades acadêmicas e a personalidades nacionais e estrangeiras que tenham prestado serviços na IFE.	029.31
Título de Doutor Honoris Causa	Concedido a personalidades nacionais estrangeiras que tenham se destacado pelo saber e pela atuação em prol da cultura e do desenvolvimento científico filosófico ou artístico da sociedade.	029.31
Título de Emérito	Concedido a professores titulares do quadro permanente, aposentados, que se tenham destacado de forma excepcional pela capacidade e dedicação ao magistério e pela produção de conhecimento após 20 anos na universidade.	029.31
Transferência de servidor	É a passagem do servidor estável do cargo efetivo para outro de igual denominação pertencente a quadro de pessoal diverso ou instituição do mesmo poder.	023.13
Transferência	A UNIRIO aceitará a transferência de alunos regulares para o mesmo curso ou para cursos afins na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.	125.131
Transferência ex-officio	Transferência de um aluno para outra instituição, no mesmo curso ou em curso de área afim, de funcionário público civil ou militar transferido, a serviço, para outro estado ou município.	125.132
Transformação de aposentadoria	Transformação de aposentadoria voluntária ou compulsória do(a) servidor(a) cujos proventos sejam pagos de forma proporcional ao tempo de serviço, para aposentadoria por invalidez, em razão de doença especificada em Lei, diagnosticada após a aposentadoria, acarretando a integralização dos proventos do servidor aposentado.	026.13
Vacância	Ato ou fato do qual decorre a desocupação do cargo ou função pública (exoneração, demissão, ascensão, transferência, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável, falecimento).	023.12
Vantagem pessoal nominalmente identificada - VPNI	É a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de natureza especial.	024.129